



PLURIAIS

SETEMBRO/2016

Boletim Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - SINDJUF-PA/AP



Um país ameaçado

Com o pretexto de equilibrar as contas públicas, governo defende cortes nos gastos públicos e o retrocesso de direitos sociais já conquistados. **PÁGS. 8 e 9**

ORÇAMENTO

PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS
REGIONAIS DO TRABALHO
SE REÚNEM PARA DEFINIR
REDISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

PÁG. 7

ISONOMIA

PLN 3 É APROVADO,
MAS MELHORIA NAS
ZONAS ELEITORAIS
EXIGE MAIS DO QUE
ISONOMIA

PÁGS. 10 e 11

EVENTO

SINDJUF ENVIA
REPRESENTANTES
PARA PARTICIPAR DO
9º CONOJAF

PÁG. 3

EDITORIAL

Após conquistas, categoria enfrenta novos desafios

A aprovação da Lei 13.317/2016, reposição salarial dos servidores do Poder Judiciário da União, encerrou mais um período de luta da categoria, que já amargava uma década sem reajuste salarial.

A categoria também comemora a recente aprovação do PLN 3/2016, que permite remanejamento no orçamento da Justiça Eleitoral para a efetiva aplicação da Lei 13.150/2015, que estabelece a equiparação salarial entre os chefes de cartórios eleitorais.

Apesar do momentâneo sentimento de alívio, a categoria não pode se distrair e deve estar preparada para outros enfrentamentos, outras pautas e atenta às novas e constantes ameaças que surgem no Congresso Nacional contra os direitos dos trabalhadores e servidores públicos.

O Sindjuf-PA/AP, consciente da atual realidade que vem se estabelecendo por meio de um governo que propaga a redução dos direitos e benefícios populares, vem estimulando os servidores a não pararem e a lutarem pelas perdas inflacionárias não contempladas pela reposição salarial; redução da jornada de trabalho; data-base; isonomia dos chefes de cartório e outras questões necessárias para a categoria.

É importante que toda a sociedade esteja atenta para os obstáculos que sutilmente vem sendo propostos, e que visam

impedir o crescimento; e a propagação de direitos entre os trabalhadores. Essas intenções baseadas na política do estado mínimo, vem surgindo e sendo implementadas, de forma mais escamoteada, no governo anterior, e vem se intensificando no governo de Michel Temer. O governo tem urgência em aprovar propostas que atacam o serviço público; os servidores; os direitos sociais e os investimentos públicos, e estão tomando forma por meio de projetos como o PLP 257/2016, projeto que estabelece o auxílio fiscal dos estados, prevendo congelamento de salários; demissões e privatizações e a PEC 241/2016 que limita por 20 anos os gastos com investimentos em assistência pública, em especial a saúde e educação.

O perigo é iminente, por isso, apesar da expressiva luta da categoria pela reposição salarial, que enfrentou historicamente dois governos (Dilma Rousseff e Michel Temer), e o resultado positivo da luta dos servidores dos cartórios eleitorais pela isonomia salarial, a categoria não pode se ausentar do enfrentamento ao pacote de desigualdade defendido pelo atual governo e como parte integrante da população brasileira, deve permanecer unida.



Apesar do momentâneo sentimento de alívio, a categoria não pode se distrair e deve estar preparada para outros enfrentamentos...

Diretoria Executiva Colegiada do SINDJUF-PA/AP - Triênio 2016/2019

- **COORDENADORES GERAIS:** Antonio Augusto Ferreira da Mota (TRT-PA) / Arcelino Geraldo de Barros Filho (JF-PA) / Claudio Luiz Santos Silva (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO:** Jacqueline Chaves de Almeida (TRT-PA) / Omar Lameira Costa (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE COMUNICAÇÃO:** Moisés Silva Campos (TRE-AP).
- **COORDENADORES DE FORMAÇÃO SINDICAL E SINDICALIZAÇÃO:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA) / Herculano Wanderlin da Silva Gibson (TRT-AP).
- **COORDENADORES DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** Jeefson Amparo de Menezes (TRE-PA) / Maria José Borges Paixão (TRT-PA).
- **COORDENADOR DE ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS:** Paulo Rubens de Jesus Teixeira (TRT-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO BAIXO-AMAZONAS:** César Augusto Savino de Sousa (JF-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO SUL DO PARÁ:** José Wilson Fernandes de Sousa (TRE-PA).
- **COORDENADORES REGIONAIS DO AMAPÁ:** Alexandre Azevedo dos Santos (JF-AP) / Francisco das Chagas Silva Barros (TRE-AP) / Ubiratan Maciel Monteiro (TRT-AP).
- **Jornalista:** Tainá Lima. / ■ **Diagramador:** Delson Mendes. / ■ **Colaborador:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA). / ■ **Tiragem:** 2.000 exemplares.



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - SINDJUF-PA/AP

■ **SEDE:** Rua Bernal do Couto, 1089 - Umarizal - CEP: 66055-080 - Belém/PA
Fones: (91) 3241-6330 / 3241-6300 / 0800-280-7969 / Site: www.sindjuf-paap.org.br
Emails:

adm@sindjuf-paap.org.br / comunicacao@sindjuf-paap.org.br / juridico.sindjufpaap@gmail.com
Site Assessoria Jurídica do SINDJUF-PA/AP: www.itdp.adv.br / www.facebook.com/itdpadvocacia

■ **SUBSEDE:** Rua Novo Horizonte, 404 - Santa Inês - CEP: 68901-510 - Macapá/AP
Fone: (96) 3225-1308
Email: subsede@sindjuf-paap.org.br

Venha para o Sindicato. Filie-se e faça parte desta luta!

VEM AÍ...

A coordenação de comunicação do Sindjuf-PA/AP, pensando na integração com a categoria, trabalha no mais novo meio de comunicação da Entidade. A revista Plurais será uma extensão do boletim mensal do Sindicato, que também possui o mesmo nome. A revista chega com muitas novidades, conteúdo e informação. Pluralidade é o que não falta, pois, a revista pretende falar de servidor para servidor, e se aproximar cada vez mais da realidade da categoria. Então, aguarde, porque vêm aí a Revista Plurais.



Aniversariantes do mês de SETEMBRO

É com muita alegria que o Sindjuf-PA/AP parabeniza a todos os aniversariantes do mês de agosto. A Diretoria Executiva do Sindicato deseja aos aniversariantes muitos anos de vida, felicidades e saúde. Parabéns!

Sindicato reabre concurso de fotografia e inscrições ficam abertas até outubro



capacidade de observação dos servidores. Além disso, visa obter imagens para a composição do material de comunicação do Sindicato.

O primeiro colocado terá a foto vencedora e uma entrevista publicada no periódico "Plurais", revista semestral do Sindicato. Além disso, os três primeiros colocados serão premiados no dia do lançamento da Revista, quando acontecerá um Seminário sobre formação política e sindical.

PREMIAÇÕES

1º lugar: Premiação no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em espécie; destaque na capa da revista do Sindjuf-PA/AP e em outras mídias da Entidade; entrevista para a Revista do Sindjuf-PA/AP.

2º lugar: Premiação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), em espécie; publicação do material na revista do Sindjuf-PA/AP e em outras mídias da Entidade.

3º lugar: Premiação no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), em espécie; publicação do material na revista do Sindjuf-PA/AP e em outras mídias da Entidade.

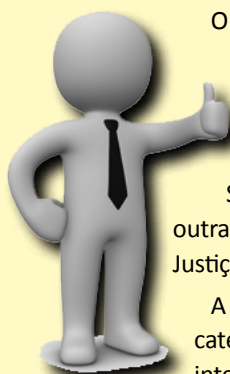
Os demais participantes receberão Certificado de Menção Honrosa e participação no calendário do SINDJUF-PA/AP 2017.

Foram prorrogadas até o dia 14 de outubro, as inscrições para o 3º Concurso de Fotografia do Sindjuf-PA/AP. As inscrições são gratuitas e podem participar servidores do Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá, filiados ou não ao Sindicato.

O regulamento e formulário de inscrição estarão disponíveis no site da Entidade. O formulário deverá ser preenchido e entregue, juntamente com o ensaio, na sede ou subsele do Sindicato.

O Concurso, que tem como tema "Cidades", busca estimular o desenvolvimento da criatividade e a

Categoria no Pará e Amapá terá representantes no 9º Conojaf



O 9º Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (CONOJAF) que acontece na cidade de Goiânia, em setembro, contará com dois representantes do SINDJUF-PA/AP. Foram escolhidos dois servidores para participar do evento, uma das vagas foi definida pela Executiva do sindicato que indicou o Coordenador Geral do Sindicato, também Oficial de Justiça (JF/PA), Arcelino de Barros e a outra foi definida a partir de sorteio que escolheu a servidora Oficiala de Justiça do TRT/8ª, Maria da Graça Holanda.

A forma eleita pelos Oficiais de Justiça que compõem a base da categoria para a escolha do representante foi sorteio, entre todos os interessados sindicalizados, mesmo os de fora da sede, com vistas a garantir democraticamente a completa isenção da escolha, que ocorreu na Central de Mandados do TRT/8ª e teve apoio da direção local, tudo devidamente registrado em ata.

O congresso dos oficiais abordará o tema "O Oficial de Justiça e a evolução da profissão".



POLÍTICA

Primeira mulher a presidir o Brasil é afastada da Presidência da República

Votação final apontou 61 votos pelo impeachment e 20 contrários.

Por 61 a 20 votos, Dilma Rousseff, a primeira mulher a presidir o Brasil, reeleita em outubro de 2014 com 54 milhões de votos, foi afastada definitivamente do poder pelo plenário do Senado. O resultado foi proclamado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que comandou o julgamento do processo no Senado, iniciado no dia 25 de agosto. A defesa de Dilma pretende questionar o resultado no STF.

O Senado também manteve, por 42 votos a 36, o direito de Dilma de ocupar cargos públicos. Foram registradas três abstenções. A votação deste quesito foi feita separadamente a pedido de senadores do PT, que apresentaram o requerimento logo no início do dia e que foi acatado por Lewandowski, mesmo sob protestos de aliados de Michel Temer.

Governo desarticulado

As dificuldades de articulação de Dilma e do PT ficaram evidentes durante todo o processo. Uma das tentativas de salvação do governo se deu com a convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a Casa Civil. Lula foi nomeado ministro-chefe da Casa Civil em 16 de março, mas na noite do mesmo dia a divulgação de áudios interceptados pela Polícia Federal no âmbito da Lava Jato paralisaram o País.

Entre as gravações, uma conversa entre Lula e Dilma registrava os dois falando a respeito do “termo de posse”, documento que confirmaria a nomeação de Lula para a Casa Civil, e Dilma diz para ele ser usado só “em caso de necessidade”. O diálogo foi imediatamente interpretado como uma tentativa de Dilma de impedir uma eventual prisão de Lula, investigado na Lava Jato.

Julgamento

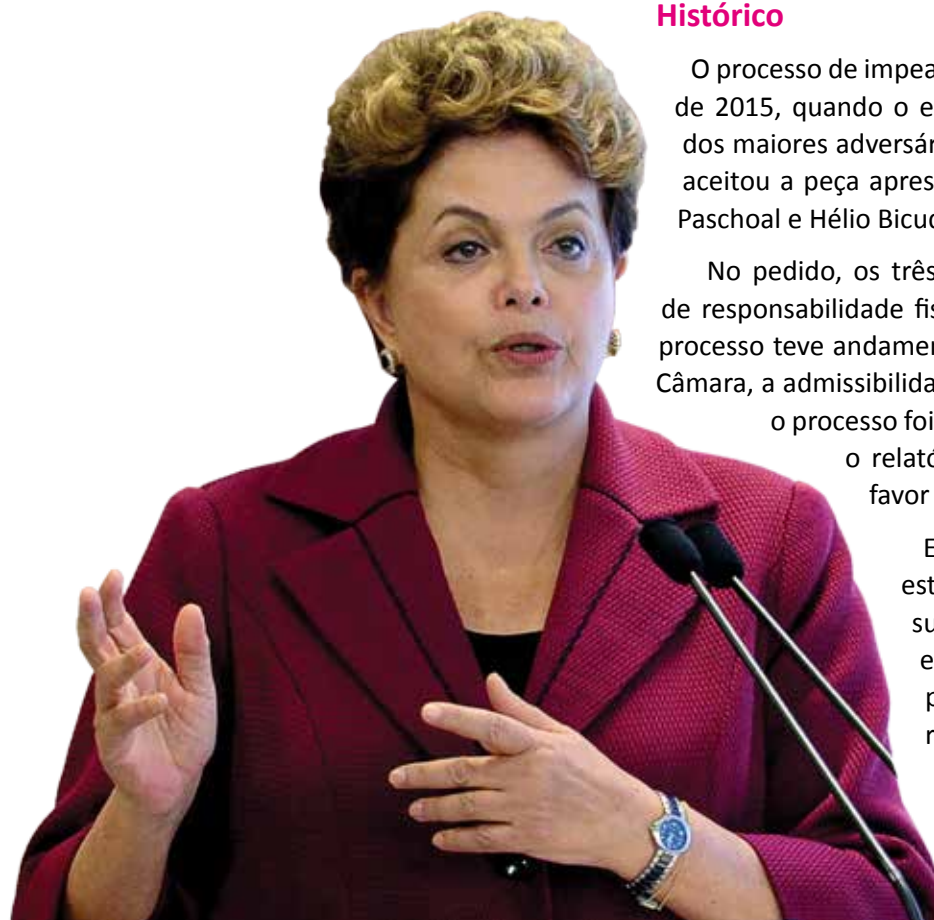
No último dia da sessão que julgou o processo de afastamento da presidenta eleita, o ministro Ricardo Lewandowski leu um relatório resumido elencando provas e os principais argumentos apresentados ao longo do processo pela acusação e defesa. Quatro senadores escolhidos representando ambos os lados – Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pela defesa, e Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Ana Amélia (PP-RS), pela acusação – encaminharam a votação que ocorreu de forma nominal, em painel eletrônico.

Histórico

O processo de impeachment começou a tramitar no início de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados e um dos maiores adversários políticos de Dilma, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitou a peça apresentada pelos advogados Miguel Reale Jr., Janaína Paschoal e Hélio Bicudo.

No pedido, os três autores acusaram Dilma de ter cometido crime de responsabilidade fiscal e elencaram fatos de anos anteriores, mas o processo teve andamento apenas com as denúncias relativas a 2015. Na Câmara, a admissibilidade do processo foi aprovada em abril. No Senado, o processo foi analisado por uma comissão especial que aprovou o relatório do senador Antônio Anastasia (PMDB-MG) a favor do afastamento definitivo da presidenta.

Entre as acusações pelas quais Dilma foi julgada estavam a edição de três decretos de crédito suplementares sem a autorização do Legislativo e as operações que ficaram conhecidas como pedaladas fiscais, que se tratavam de atrasos no repasse de recursos do Tesouro aos bancos públicos responsáveis pelo pagamento de compromisso do Plano Safra.



DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - 30/06/2016		
1	R E C E I T A S	664.976,83
1.1	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	661.402,45
	CONTRIBUIÇÕES TRT/PA	284.783,77
	CONTRIBUIÇÕES TRE/PA	137.735,51
	CONTRIBUIÇÕES JF/PA	46.971,55
	CONTRIBUIÇÕES JM/PA	3.820,93
	CONTRIBUIÇÕES TRE/AP	63.345,89
	CONTRIBUIÇÕES JF/AP	19.484,79
	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	105.260,01
1.2	RECEITAS FINANCEIRAS	3.574,38
	JUROS CONTA INVESTIMENTO	3.574,38
2	D E S P E S A S	587.767,80
2.1	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	457.282,02
	DESPESAS COM PESSOAL	165.800,44
	DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS	40.031,30
	DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	76.732,89
	SERVIÇOS DE TERCEIROS	85.914,73
	DESPESAS DE USO E CONSUMO	34.016,89
	DESPESAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO	45.241,38
	DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO	4.022,82
	DESPESAS COM AMORTIZAÇÃO	484,68
	DESPESAS FINANCEIRAS	1.783,95
	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	3.252,94
2.2	PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS	36.946,00
	CONGRESSOS	36.946,00
2.3	REALIZAÇÕES DE EVENTOS	93.539,78
	REUNIÃO DE DIRETORIA	8.543,76
	CONFRATERNIZAÇÕES	6.882,92
	CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	77.619,12
	ASSEMBLÉIAS E ENCONTROS	493,98
3	RESULTADO DO PERÍODO	77.209,03

 Balanco Patrimonial EM 30/06/2016			
Ativo		Passivo	
Circulante	205.793,86	Circulante	108.279,79
Disponível	87.188,88	Exigível a Curto Prazo	108.279,79
Caixa Geral	400,18	Obrigações Sede e Subsede	108.279,79
Caixa Belém	292,22	Contas a Pagar	94.384,99
Caixa Macapá	107,96	Prestadores de Serviço	5.582,06
Banco C/ Movimento	86.788,70	INSS	6.252,21
Banco do Brasil Macapá	56,02	FGTS	1.399,71
Banco Caixa Econômica	50,00	IRRF Funcionários	277,96
Banco Credijusta	69.423,24	IRRF Terceiros	150,00
Banco do Brasil Belém	17.259,44	ISS	57,74
Realizável a Curto Prazo	10.876,02	PIS s/ Folha	175,12
Créditos	10.876,02		
Adiantamento de Férias	5.110,44		
Contas a Receber	421,88		
Adiantamento de Auxílio Alimentação	4.207,60		
Adiantamento de Auxílio Transporte	1.136,10		
Realizável a Longo Prazo	107.728,96		
Aplicações Financeiras	107.728,96		
Poupança Ourocap	-		
Caixa Econômica CDB FLX	107.728,96		
Não Circulante	196.639,92		
Imobilizado	196.639,92		
Imobilizações Belém	50.298,43		
Imóvel Sede	91.230,00		
(-) Depreciação Acumulada	(56.386,98)		
Móveis, Equipamentos e Utensílios Sede	290.613,82		
(-) Depreciação Acumulada	(275.158,41)		
Imobilizações Macapá	137.019,18		
Imóvel Subsede	130.000,00		
(-) Depreciação Acumulada	(10.393,36)		
Móveis, Equipamentos e Utensílios Subse	34.593,47		
(-) Depreciação Acumulada	(26.503,24)		
Bens Intangíveis	9.322,31		
Softwares	22.127,22		
(-) Amortização Acumulada	(12.804,91)		
Total Ativo	402.433,78		
		Patrimônio Social	
		Patrimônio Social	294.153,99
		Fundo Patrimonial	150.351,14
		Fundo Social	150.351,14
		Superávit Acumulado	143.802,85
		Acumulado dos Períodos Anteriores	66.593,82
		Resultado do Período	77.209,03
		Total Passivo	402.433,78


George Antonio de Brito Melo
Contador CRC/PA 017402/O

Estamos de olho!

TRE-PA envia ao Sindicato informações acerca de processo que trata de denúncia sobre caso de nepotismo no Tribunal

Por Tainá Lima
Jornalista do SINDJUF-PA/AP

O caso envolve o Presidente do Tribunal e coordenadora nomeada para cargo em comissão na Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

Atendendo a solicitação de esclarecimento da Coordenação do Sindjuf-PA/AP, a Direção Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará informou ao Sindicato, por meio do Ofício de nº 2435/2016 e cópia do Processo, que o Ministério Público Federal entrou com pedido de explicação à Presidência do referido Tribunal acerca da prática de NEPOTISMO na nomeação de KAYLA SALDANHA PEIXOTO para exercer o Cargo em Comissão de Coordenadora, nível CJ-2, da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

Denúncia

O pedido de explicação do MPU foi ocasionado após denúncia de que a nomeação da referida coordenadora ocorreu sob caso de nepotismo, já que Kayla, segundo informações, é mãe de um dos netos do Desembargador Presidente, Raimundo Holanda Reis, conforme consta no Processo de nº 0043733-80.2008.8.14.0301 - TJE/PA).

Apesar dos cargos em comissão serem de livre nomeação e exoneração, a questão fere a moralidade pública, já que de acordo com os fundamentos da denúncia há declarações que confrontaram o fato de Kayla ocupar um cargo importante dentro do Órgão sem possuir experiência e nem dispor de qualificação técnica que justifique sua nomeação.

Após o MPU solicitar pedido de esclarecimento sobre a possibilidade de Kayla ser nora ou ex-nora do Desembargador, o Presidente, em sua defesa, declarou não haver possibilidade de união estável, já que Kayla e seu filho Dirceu Daniel Alves Reis nunca viveram sob o mesmo teto e que atualmente Dirceu mantém união estável com outra pessoa.

Veja abaixo parte da explicação do Desembargador:

“(…) Identificada a união estável entre o Sr. Dirceu Daniel Alves Reis e a Sra. Vanessa Caetano Leal, estaria afastada a união estável de mesmo nível entre Sr. Dirceu Daniel Alves Reis e a Sra. Kayla Saldanha

Caso de nepotismo fere os princípios morais e legais?

Enquanto o MPU não se manifesta acerca da questão, a coordenação do Sindjuf-PA/AP solicitou à sua Assessoria Jurídica um parecer técnico que estabeleça clareza sobre a situação no que se refere ao princípio moral e legal.

Veja abaixo os esclarecimentos da Assessoria:

Trata-se de consulta formulada pela Coordenação do SINDJUF-PA/AP, acerca do Procedimento Preparatório nº 1.23.000.002628/2015-84, instaurado pelo MPF/PA, com vistas a investigar a ocorrência ou não de nepotismo envolvendo o atual Presidente do TRE/PA, Exmo. Sr. Des. Raimundo Holanda Reis e a mãe de seu neto, Kayla Saldanha Peixoto. Sobre o tema é necessário que se teça algumas considerações: Inicialmente importa destacar que o STF já tratou de tal figura através da Súmula Vinculante nº 13, que estabelece como nepotismo a nomeação de esposa(o)/companheira(o), filho(a), pai, mãe, avô(ó), neto(a), bisavô(ó), bisneto(a), irmão(ã), tio(a), sobrinho(a), sogro(a) e seus respectivos pais e avós, enteados e seus respectivos netos e bisnetos, cunhado(a),

genro, nora, cônjuge do tio(a), irmã(ã) e sobrinho(a), da autoridade nomeante ou do servidor, da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento. No entanto, apesar do rol constante na norma ser taxativo, há casos em que fora considerada nepotista, também, a nomeação de mãe de neto de administrador para assumir cargo de confiança. Um deles ocorreu no Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ), onde o MPF, após investigação, concluiu que além do “laço familiar entre a presidente do Coren e o filho da contratada, há interesse patrimonial próprio da presidente e de seu filho em manter tal contratação, desobrigando ou mitigando pensão à criança”. Desta forma, resta claro que a intenção do STF é proibir a imoralidade de que nomeações ocorram por laços familiares ou para a obtenção de vantagens obscuras, em detrimento da qualificação necessária do nomeado para o cargo a desempenhar. Portanto, estaremos acompanhando o caso envolvendo o presidente do TRE-PA, junto ao MPF, que temos a certeza, investigará e dará o melhor encaminhamento ao caso.

Peixoto, pelo menos na data de nomeação para o cargo em comissão.

(…) Sabe-se que a existência de filho em uma relação não seriam razões bastantes a qualificar união estável, pois para a concepção basta o ato em si, sem nenhuma espécie de vínculo, enquanto que a união estável caracteriza-se pela relação contínua e duradoura de outros requisitos insertos nos artigos 1723 e seguintes do Código Civil.

(…) Óbvio, não ser imperativo a coabitação como requisito à caracterização da união estável, mas a convivência sob o mesmo teto pode ser meio de prova, o que não se sustentou na denúncia formulada.

(…) Esclareço por fim, que nenhuma postura contra os princípios da legalidade e impessoalidade foram adotadas por esta presidência e na oportunidade ficamos à disposição para maiores esclarecimentos”.

Nepotismo

De acordo com o Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) nepotismo é o favorecimento de parentes nas relações de trabalho ou emprego.

Em 2005, o CNJ editou a Resolução nº 07, banindo definitivamente as práticas de nepotismo do Poder Judiciário brasileiro. A norma especifica os casos em que o favorecimento na nomeação para cargos de provimento em comissão ou função gratificada representam nepotismo.

O nepotismo se configura quando, de qualquer forma, a nomeação do servidor ocorre por influência de autoridades ou agentes públicos ligados a esse servidor por laços de parentesco.

O sindicato, através da sua assessoria jurídica ficará vigilante e acompanhará o desdobramento dessa questão, além do que, solicitamos a colaboração de quem quiser nos repassar qualquer informação a respeito, cuja fonte será mantida em sigilo.

Estamos de olho!

Distribuição de recursos para a **Justiça do Trabalho** já começa a ser estudada

#DefenderJusticadoTrabalho **ORÇAMENTO JÁ !**

O Ministro Ives Gandra, presidente do CSJT reuniu os presidentes dos 24 tribunais do trabalho para propor destino do orçamento. Ives Gandra também vem buscando apoio no Congresso Nacional para garantir apoio a matérias de interesse da JT.

O presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho, se reuniu no início de agosto com os presidentes dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho para definir, em comum acordo, os detalhes para uma redistribuição de parte dos recursos provenientes da MP 740/2016, que destinou crédito extraordinário, no valor de R\$ 353 milhões, à Justiça do Trabalho, para atenuar o corte orçamentário sofrido em 2016.

A proposta, sugerida pelo presidente e aceita pelos presidentes regionais, é de que aquele TRT que esteja com sobras orçamentárias ou financeiras, repasse recursos aos TRTs que estão com dificuldades.

Os créditos liberados vêm de fontes obtidas pelos próprios Tribunais. Os montantes são provenientes da remuneração de depósitos judiciais feitos por meio de convênios bancários, renda arrecadada em concursos públicos e reservas de contingência dos TRTs. Entretanto, mesmo com a liberação dos recursos, alguns Tribunais ainda estão enfrentando dificuldades para fechar as contas até o fim do ano.

Os Tribunais que enfrentam situação mais crítica são, o TRT da 1ª Região (RJ), o TRT da 5ª Região (BA), o TRT da 11ª Região (AM/RR), o TRT da 22ª Região (PI), o TRT da 17ª Região (ES) e o TRT da 18ª Região (GO).

Mobilização no Congresso Nacional

Ives Gandra também vem se reunindo



com parlamentares para pedir apoio a alguns projetos de interesse da JT. No dia 24 de agosto, o Ministro se reuniu com o presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Arthur Lira (PP/AL), para pedir o apoio do parlamentar na aprovação das proposições de interesse da Justiça do Trabalho e que tramitam na Comissão.

De acordo com o deputado, há no Congresso Nacional a defesa de redução da estrutura e custos, bem como alterações da legislação trabalhista.

Mesmo com a resistência do parlamentar, Ives Gandra insistiu pela aprovação dos pleitos. Ele traçou um panorama geral da situação pela qual a Justiça do Trabalho passou ao longo do ano, em razão dos cortes impostos durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para 2016, de aproximadamente 30% do custeio e 90% do investimento.

Além disso, o presidente do CSJT citou todas as medidas de redução de gastos adotadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho para suportar os cortes, ressaltando também que, mesmo assim, a continuidade do regular funcionamento da Justiça Trabalhista até o final do ano seria afetada.

Veja as matérias que tramitam na Comissão e que são de interesse da JT

- MP 740/2016, que abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho;

- PLN 12/2016, que abre crédito suplementar para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, em favor de 17 Tribunais Regionais do Trabalho;

- PLN 17/2016, que abre crédito especial para o TRT da 18ª Região/GO.

Governo avança com medidas que devastam o serviço público e aumentam as desigualdades no país

Por Tainá Lima
Jornalista do SINDJUF-PA/AP

É o retorno agressivo da política neoliberal que busca flexibilizar as relações de trabalho, limitar gastos públicos e reduzir o papel do Estado

O argumento é a melhoria da economia, mas a intenção do Governo é clara, desconstruir os direitos já adquiridos. Uma série de medidas vem demonstrando que o governo de Michel Temer anseia implementar mudanças pretendidas há muito tempo e acirrar os ataques ao Serviço Público que que já vinha sendo feito nos governos do PT: flexibilização da legislação; regulação da terceirização; redução dos gastos públicos e o desmonte do Serviço Público.

A intenção do governo vem tomando forma por meio dos projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, como o PLP 257/2016 e a PEC 241/2016, ambos com semelhanças, limitar gastos no serviço público em favor da dívida pública.

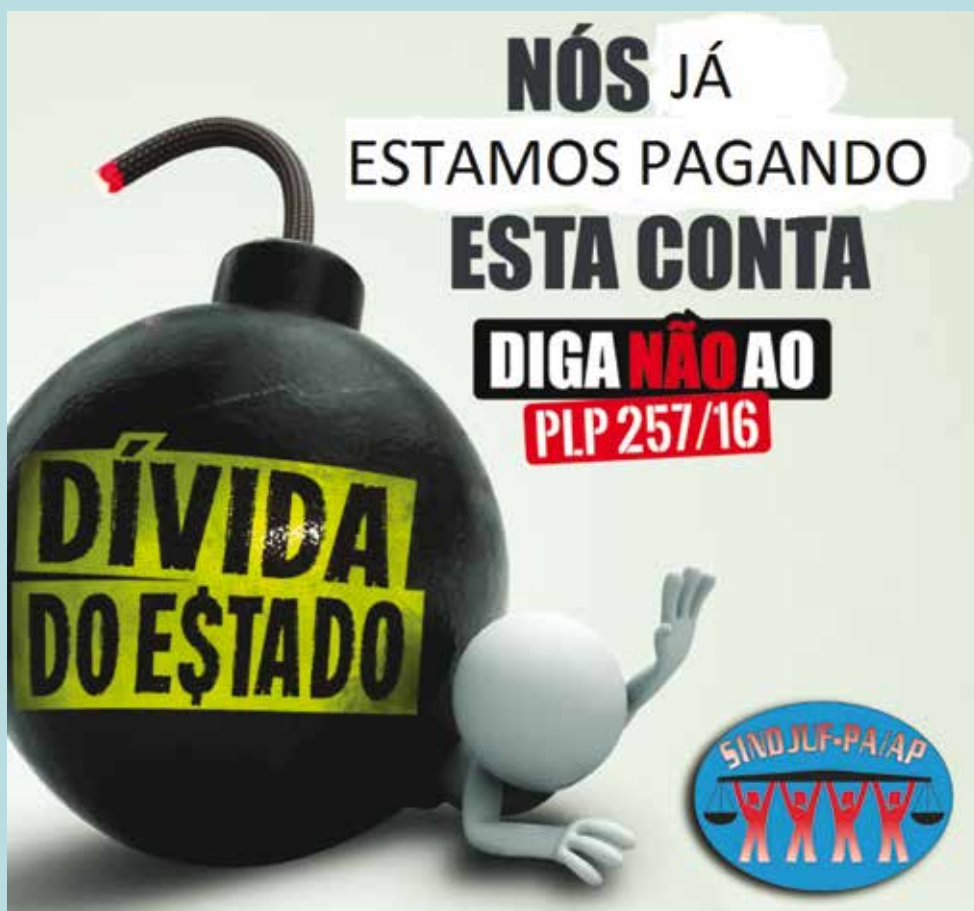
O PLP 257, atualmente, aguarda apreciação em sessão no Plenário da Câmara, enquanto a PEC 241 aguarda parecer em Comissão Especial.

PLP 257, mais uma ameaça ao Serviço Público

O PLP 257/2016 teve origem ainda no governo do PT. Seu objetivo é a renegociação da dívida dos Estados com a União, porém o ajuste fiscal trará uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores, principalmente servidores públicos – federais, estaduais e municipais.

O Projeto de Lei foi votado nos dias 9 e 10 de agosto de 2016 no plenário da Câmara, e seu texto original foi alterado. Essas alterações resultaram em uma nova proposta que suprimem dispositivos de estímulo à privatização e, principalmente, de corte de direitos dos servidores públicos, mas mantém uma política de ajuste fiscal e controle de gasto de redução do papel do Estado.

Em sua proposta inicial o Projeto previa a suspensão de concursos públicos; congelamento de salários; não pagamento



de progressões e outras vantagens (como gratificações); destruição da previdência social e revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores; demissões e estímulo à privatização.

Restrições

A proposta inicial do Projeto define que a reforma fiscal terá três estágios com restrições específicas.

No primeiro estágio, as ações consistiriam:

- 1) vedação da criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, que impliquem aumento de despesa;
- 2) suspensão da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento, aquelas que não impliquem em aumento de gastos e as temporárias para atender ao interesse público;
- 3) vedação de concessão de aumentos de remuneração de servidores acima do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA;

4) não concessão de aumento real para as despesas de custeio, exceto despesa obrigatória, e discricionárias em geral; e

5) redução em pelo menos dez por cento das despesas com cargos de livre provimento.

No segundo estágio, caso as restrições do primeiro estágio não sejam suficientes para manter o gasto público primário abaixo do limite estipulado, seriam necessárias ainda as seguintes medidas:

- 1) vedação de aumentos nominais de remuneração dos servidores públicos, ressalvado o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal (revisão geral anual);
- 2) vedação da ampliação de despesa com subsídio ou subvenção em relação ao valor empenhado no ano anterior, exceto se a ampliação for decorrente de operações já contratadas;
- 3) não concessão de aumento nominal para as despesas de custeio, exceto despesas obrigatórias, e discricionárias em geral; e
- 4) nova redução de pelo menos dez por cento das despesas com cargos de livre



provimento.

E, se ainda assim o limite não for cumprido, seriam ativadas as seguintes medidas:

1) Vedação do reajuste do salário mínimo acima da previsão de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC para o ano de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias ou outro índice que venha a substituí-lo;

2) Redução em até 30% dos gastos com servidores públicos decorrentes de parcelas indenizatórias e de vantagens de natureza transitória; e

3) Implementação de programas de desligamento voluntário e de licença incentivada de servidores e empregados, que representem redução de despesa.

Em fase de tramitação, as alterações no Projeto resultaram numa nova proposta. Foram contempladas as reivindicações dos servidores públicos com a retirada das condicionantes previstas para assinar aditivos, na aprovação de Leis de Responsabilidade Fiscal e as contidas para redução das parcelas.

Também seriam retiradas outras restrições caso as condicionantes não fossem suficientes para a reforma fiscal dos Estados. Dentre elas, a proposta inicial contida no terceiro estágio da reforma.

Gastos Públicos reduzidos por 20 anos

A PEC 241 é a proposta que estabelece limite para os gastos públicos nas três esferas de Poder da União e órgãos federais por um período de 20 anos. O relatório favorável à admissibilidade da proposta foi aprovado na Comissão de Constituição

e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, no dia 9 de agosto.

A PEC apresentada pelo ministro da Fazenda do governo interino, Henrique Meirelles, estabelece penalidades para os órgãos que descumprirem os limites fixados na proposta.

A proposta preocupa médicos e educadores, que acreditam que a medida vai contribuir para o aumento da desigualdade e piorar os serviços prestados à população, já que a redução dos gastos inviabilizará o cumprimento do Plano Nacional de Educação e precarizará ainda mais o atendimento e o acesso à saúde pública no país.

O Assessor Parlamentar do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto de Queiroz enumerou 5 consequências que deverão ser geradas, caso a proposta seja aprovada:

Primeira - Limitação ou o direcionamento do papel do Estado apenas para garantir o direito de propriedade,

assegurar o cumprimento de acordos e honrar os compromissos com os credores das dívidas interna e externa, já que não poderá mais criar novos programas nem ampliar investimentos.

Segunda - Retirada do controle do Poder Executivo, do Congresso e da sociedade sobre o tamanho do orçamento, que ficará automaticamente engessado por 20 anos, independentemente de haver crescimento econômico ou aumento de arrecadação.

Terceira - Acirramento do conflito distributivo, com os diversos setores da sociedade lutando para ver quem perde menos com os cortes, considerando que a prioridade é economizar nas despesas de custeio e investimento para assegurar o pagamento dos encargos da dívida mobiliária.

Quarta - Desmonte do Estado enquanto instrumento de prestação de serviços, com uma forte reforma administrativa voltada à desvalorização dos servidores, com corte de direitos e de reajustes, além da proibição de novas contratações, mediante a vedação de novos concursos públicos nos próximos 20 anos.

Quinta - Inevitabilidade de uma reforma ou ajuste com viés fiscal na seguridade social e na educação, já que o congelamento não se sustenta sem um drástico corte de despesas na previdência e assistência social, na saúde e na educação.

Ainda de acordo com Queiroz se as regras da PEC 241 já estivessem em vigor desde 2003, início do primeiro mandato do presidente Lula, o salário mínimo, atualmente de R\$ 880,00 seria equivalente a R\$ 509,00. O gasto com saúde e educação também seria a metade do que é hoje.



Sem apoio, servidores de cartórios eleitorais nos interiores enfrentam problemas que vão além da isonomia salarial

Longe da estrutura oferecida na capital, servidores enfrentam dificuldades administrativas; grande demanda de trabalho; mão de obra reduzida e insegurança



A pressão dos servidores das zonas eleitorais, da Fenajufe e dos sindicatos no Congresso Nacional resultou na aprovação do PLN 3/2016, que permite remanejamento no orçamento da Justiça Eleitoral para a efetiva aplicação da Lei 13.150/2015, que estabelece a equiparação salarial entre os chefes de cartórios eleitorais.

A luta pela isonomia se intensificou em Brasília, com a atuação dos líderes sindicais e dos servidores que realizaram visitas aos gabinetes e acompanharam as sessões, suspensas diversas vezes por falta de quórum.

Após a aprovação do PLN 3, a categoria segue para outra etapa: acompanhar junto aos órgãos responsáveis a execução financeira que agilizará os efeitos da equiparação salarial.

Enquanto a equiparação amenizará a questão salarial, a presença de outros problemas nas zonas eleitorais dos interiores permanecerá.

Os servidores, longe das possibilidades e da infraestrutura que o Tribunal dispõe na Capital, precisam superar as precariedades dos municípios onde estão lotados.

Os problemas relatados são vários, entre os mais comuns estão: dificuldade de acesso (as péssimas condições das estradas); insegurança; falta de estrutura nos cartórios eleitorais; dificuldade de comunicação (estrutura de intranet/internet); deslocamento para cumprimento

de diligências; Correios; problemas com energia; localização dos cartórios; mão de obra reduzida e a grande demanda de trabalho.

Primavera

O servidor Yuri Aguiar chefe de cartório da 63ª Zona Eleitoral, localizada no município de Primavera, conta que apesar das atividades nos cartórios serem semelhantes, no interior, a carga de trabalho chega a triplicar.

Quando fala dos desafios de trabalhar no interior, o relato de Yuri não é diferente de outros colegas que estão na mesma



Falta até água nos cartórios e quando acaba são os próprios servidores que precisam providenciar



situação. “Enfrentamos problemas com infraestrutura, mão de obra, que é reduzida, dificuldades de acesso, estradas em péssimas condições, transportes inadequados, comunicação deficiente, além de um público de pessoas menos esclarecidas.”, desabafa ele.

Yuri conhece bem a rotina de um

cartório do interior, por isso sabe como “se virar nos 30” para dar conta da demanda, por isso, ele entre diversos chefes de cartórios de todo o país, luta para que os servidores que estão nos interiores ganhem equiparados aos da capital. “O chefe de cartório que está na capital possui uma estrutura de trabalho mais adequada, tem um acesso mais fácil à sede”, justifica ele.

Apesar de assumir a chefia da zona, Yuri reconhece que o esforço é coletivo e que o trabalho de todos os servidores do interior deveria ser recompensado por uma gratificação. “Não só o chefe de cartório, mas todos do quadro de servidores deveriam receber uma gratificação especial, que lhe estimulasse a permanecer no interior e lhe retribuisse em relação ao grau de dificuldade do exercício nessas localidades.”, apesar disso, Yuri reconhece que isso está longe de acontecer, pois a política administrativa não tem a mesma visão.

Tucuruí

O coordenador do Sindjuf-PA/AP, Wilson Fernandes, chefe da 40ª Zona Eleitoral de Tucuruí, conta que diferente das outras estruturas do Judiciário, o chefe de cartório da Justiça Eleitoral, além de exercer a sua função normal, no interior também tem que desempenhar outros papéis. Eles são multifuncionais, tendo que ser oficial de justiça, administrador do cartório, verificar e solucionar problemas estruturais e com pessoal.

Faltam condições mínimas de funcionamento. Muitos cartórios não possuem veículo próprio, obrigando os servidores a utilizarem os próprios carros.

“Falta até água nos cartórios. o Tribunal envia uma vez no ano um dinheiro para comprar água, porém não é suficiente. Quando a água acaba são os próprios servidores que têm que providenciar. No mês de maio, por exemplo, o suprimento tinha acabado e tivemos que tirar do nosso bolso. Até a reposição do galão de água, que na sede esse serviço normalmente é feito por empresas terceirizadas, no interior, nós é que temos que fazer.”, conta Wilson.



Em época de eleição, o servidor conta que o trabalho aumenta mais ainda. “A gente organiza e planeja as eleições, acompanha processos e o fechamento de cadastro, com pouco auxílio da Sede, que geralmente presta apoio aos chefes que estão na capital.”, relata.

Wilson também diz que a sensação é de que os servidores foram esquecidos. “Na verdade, a gente se sente fazendo parte de um outro órgão, não parece que fazemos parte do TRE-PA, pois não recebemos o apoio necessário.”

São diversos problemas, que apenas a implementação da isonomia não vai solucionar, entre eles a insegurança, que segundo Wilson é uma ameaça constante na zona de Tucuruí. “Nós estamos em um prédio novo, mas que não tem sistema de segurança. Aqui é uma área violenta, e como nesse período de eleição temos que

fazer expediente até mais tarde, ficamos vulneráveis.”, conta ele.

O movimento pela isonomia

O coordenador do Sindicato, Jeefson Menezes foi chefe de cartório por 7 anos na zona eleitoral de Itaituba-PA e também considera que a infraestrutura é um dos maiores problemas enfrentados nesses locais. “O próprio acesso do servidor às funcionalidades da internet são difíceis no interior, temos tido alguns avanços, mas a gente está muito aquém das possibilidades de acesso encontradas na capital. E se esse problema fosse solucionado ajudaria muito o trabalho dos servidores, já que muita coisa pode ser resolvida por meio da internet”, diz Jeefson.

Jeefson é um dos coordenadores que esteve engajado nas mobilizações a favor do PLN 3. Nesse período, o sindicato

atuou em Brasília com o envio do servidor Judiron de Carvalho, Chefe de cartório da 8ª ZE – Vigia, para acompanhar uma das sessões no Congresso Nacional. O Sindicato também promoveu assembleias setoriais junto aos chefes de cartórios na Central de Atendimento ao Eleitoral.

Medidas

O Sindicato reconhece que os problemas enfrentados nas zonas dos interiores não são recentes, e vem estudando algumas medidas que buscam melhorar a permanência dos servidores nesses locais. Entre elas, o Sindicato avalia a gratificação de localidade. Após o remanejamento de orçamento, a Entidade também trabalha para que o pagamento do retroativo para os chefes de cartório seja reconhecido.

Pará Amapá

adm@sindjuf-paap.org.br | comunicacao@sindjuf-paap.org.br | juridico.sindjufpaap@gmail.com | www.sindjuf-paap.org.br

JUSTIÇA
MILITAR



Os motivos nós já temos,
SÓ FALTA VOCÊ.

Filie-se.

Fones: (91) 3241-6330 / 3241-6300 / 0800-280-7969